



Jornal FNE Edição 122 – Jul/12

Engenheiro traz nesta edição o relato de dois importantes eventos realizados pela FNE em parceria com Senges filiados. O primeiro deles foi promovido em Teresina e colocou em debate a situação do saneamento básico e da mobilidade urbana, reunindo 800 participantes num evento considerado o maior da engenharia já realizado no Estado do Piauí. O segundo, que teve lugar em Cuiabá, em 28 de junho, deu prosseguimento ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que desde o ano passado está voltado à Copa 2014. Uma das cidades-sedes do mundial, a capital mato-grossense elegeu como prioridade para os preparativos questões voltadas ao transporte e à segurança pública.

Na pauta também, a campanha salarial unificada dos engenheiros dos Correios, que serão representados na negociação coletiva pela FNE. A categoria realizou assembleias em 28 de junho em nove estados do País para aprovação da pauta

de reivindicações. Em entrevista, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, fala sobre os ganhos trazidos pela Rio+20, a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, promovida em junho último, no Rio de Janeiro. Em C&T, um projeto acadêmico reúne diversas universidades brasileiras em torno do protótipo de uma casa ecologicamente correta, de inspiração tupi-guarani. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Neste momento, em que se preparam tantos eventos nos quais a nossa profissão é destaque, fica a grande pergunta a ser feita a toda a sociedade: o País está realmente preparado para o futuro? Após anos de estagnação no setor de infraestrutura, como saneamento e energia, está apto a realizar as grandes obras necessárias para sediar a Copa das Confederações em 2013, o mundial de futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016? Nossos profissionais foram atualizados para acompanhar toda essa evolução tecnológica dos nossos dias?

Se olharmos para a nossa tradição, afirmaremos que sim. Nossa história registra nomes que levaram a engenharia nacional para o mundo, entre os quais o Barão de Mauá, Cristiano Ottoni, Paulo de Frontin, Irmãos Rebouças. Atualmente, nossos técnicos desenvolvem projetos de destaque nas mais diversas áreas, frequentemente reconhecidos e premiados aqui e no exterior.

Por isso mesmo, acredito que temos plenas condições de responder à altura os desafios hoje colocados, mas dependemos de ações do governo e da vontade coletiva da sociedade para que juntos possamos realmente reconstruir o País.

Infelizmente, nas décadas anteriores nossas escolas perderam alunos e formaram muito menos engenheiros do que a demanda atual. Essa tendência começou a ser revertida, com um renovado interesse pela profissão a partir da retomada do desenvolvimento no País, mas ainda é uma tarefa a cumprir garantir essa mão de obra especializada em quantidade e qualidade adequadas, como indica o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006.

Esse crescimento de ofertas de trabalho também trouxe um sinal de alerta, já que chegou acompanhado da ameaça de uma certa invasão de profissionais estrangeiros. A situação, sem se deixar levar pela xenofobia, exige a ação firme em defesa dos empregos e salários dos engenheiros brasileiros.

Para tanto, temos que buscar ajuda em nossas entidades representativas da profissão para que, num trabalho conjunto, possamos garantir os nossos direitos. Entre esses, está o cumprimento da Lei 4.950-A/66, que assegura o piso salarial à categoria, mas muitas vezes é desrespeitada pelas empresas.

A mudança e o desenvolvimento de que o Brasil precisa passa por uma engenharia fortalecida e reconhecida como um dos vetores propulsores desse progresso. O choque de gestão tão divulgado e propalado passa por investimentos de peso em ciência, tecnologia e inovação para termos de fato um país mais competitivo.

Clarice Aquino Soraggi – Diretora Regional Sudeste da FNE

CRESCER BRASIL I

Autoridades, especialistas, profissionais e estudantes reuniram-se em 28 de junho para o evento promovido pela FNE e pelo Senge Mato Grosso, que debateu as providências em andamento na cidade de Cuiabá, que será uma das sedes dos jogos do mundial de futebol. A atividade integrou o projeto “ Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento ”, que desde 2011 tem como objeto de trabalho a Copa 2014 .

Durante a sessão de abertura, o presidente do sindicato, Luiz Benedito de Lima Neto, enfatizou a importância da iniciativa da FNE, “que deixou de se restringir à luta sindical”. Murilo Pinheiro, presidente da federação, lembrou a importância da realização da Copa no Brasil como indutora do desenvolvimento. “Não se trata só da vitrine para o mundo, mas principalmente do legado que ficará para a população.”

Esse foi o mote do diretor de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Ricardo Gomyde, que fez uma apresentação geral do projeto da Copa do Mundo no Brasil. Segundo ele, o campeonato será o maior evento já realizado no País, garantindo não só grande visibilidade, com a presença de 19 mil profissionais de mídia e 600 mil turistas internacionais durante os jogos, mas também importantes avanços. Entre esses, ele lista o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e da qualidade dos serviços e a modernização das arenas esportivas e da infraestrutura. “Comparando-se a 2010, os aeroportos brasileiros terão três vezes a capacidade de operação”, afirmou. Ainda de acordo com Gomyde, a atividade econômica e os investimentos gerados pela Copa devem somar ao PIB (Produto Interno Bruto) R\$ 187 bilhões até 2019. A arrecadação pública esperada é de R\$ 17 bilhões.

Para o consultor da FNE e especialista em copas do mundo, Artur Araújo, a grande herança da realização do mundial será “romper com a ideia da incapacidade de fazer”. Além disso, salientou, ficará demonstrada “a capacidade da engenharia brasileira, que ganhará espaço no mercado internacional”. Ele exemplificou com a promoção pelo País da Rio+20, conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre desenvolvimento sustentável, realizada no mês de junho. “Havia 100 chefes de Estado e não houve um incidente relevante. A Copa não é um evento de grande monta para o Brasil.”

Projetos em andamento

Garantir a segurança durante a Copa do Mundo em Cuiabá é justamente a preocupação do coronel da Polícia Militar Joelson Geraldo Sampaio. “Teremos que estar preparados para o pior cenário”, afirmou. Entre os grandes projetos para o evento está o Centro de Comando, Controle e Inteligência, que será uma “grande plataforma de vigilância”. Além disso, ganharão novas estruturas as polícias civil e militar e o Corpo de Bombeiros. Haverá também mudanças em nível operacional, com policiamento voltado ao turismo, o que inclui o treinamento em línguas estrangeiras e até a mudança do uniforme.

Outro tema na pauta foram os projetos de transporte e mobilidade, tratados por Rafael Detoni Moraes, assessor especial da Secopa (Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo). Segundo ele, estabeleceu-se um plano de circulação levando-se em consideração as necessidades durante os jogos, “mas não se poderia pensar apenas nisso, temos o que fica depois da Copa”. O grande projeto de transporte público é o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que recebeu investimentos de R\$ 1,47 bilhão, financiados pelo Ministério dos Transportes e pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Deve ficar pronto em junho de 2014, com duas linhas e 33 estações e velocidade média de 25km/h. De acordo com ele, a obra vai gerar a reestruturação da região. “Pensou-se na integração de modais e bolsões de estacionamento no entorno da cidade. É preciso tirar carros do centro. O VLT é o embrião disso”, assegurou.

O professor de Engenharia de Transporte da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) Eudemir Oliveira aprovou a proposta e levantou a preocupação com o acesso ao novo modal pela população de baixa renda. “Se for necessário subsídio, que seja. A sociedade precisa pagar para ter uma cidade melhor”, defendeu. A tese foi corroborada pelo especialista em transporte urbano Epaminondas Duarte. “Dificilmente a tarifa cobre o custo do transporte, é preciso subsídio.” Participou ainda da discussão o professor da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia da UFMT Luiz Miguel de Miranda.

Questionado sobre a implantação de ciclovias, o assessor da Secopa lembrou que, embora previstas em algumas obras planejadas para a Copa, não existirão nos locais que exigiriam alto custo para desapropriação.

Ao final do evento, o representante da Auditoria-Geral do Estado, André Luiz Costa Ferreira, falou sobre a fiscalização dos investimentos voltados à Copa do Mundo, assim como da execução dos trabalhos. “Tem um controle diferenciado tendo em vista que tem tempo definido para as suas realizações. Não tem muita margem para erro”, afirmou. Segundo ele, as falhas identificadas são notificadas à empresa responsável. “As obras estão sendo recebidas dentro dos padrões. Quando surgem problemas pontuais, intervimos para que sejam sanados o mais rapidamente possível.”

Representante do Sescon-MT (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis), Luiz Gonzaga Warnlimg ressaltou a necessidade de participação da sociedade nesse trabalho e propôs a criação de um comitê para acompanhamento do planejamento e aplicação dos recursos.

Arena Pantanal

No dia 27 de junho, diretores da FNE e do Senge-MT e alunos do curso de Engenharia Civil da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) visitaram as obras da Arena Pantanal, que substituiu o antigo Verdão. Prevista como um espaço multiuso, terá 44 mil lugares para o mundial, reduzidos depois para 25 mil. Iniciado em abril de 2010, o estádio tem atualmente 48% do cronograma físico realizado, segundo o engenheiro responsável João Paulo Curvo Borges. Feita pelo Governo do Estado e a cargo do consórcio formado pelas empresas Santa

Bárbara Engenharia e Mendes Junior, a construção deve chegar ao custo final de R\$ 480 milhões. (Rita Casaro)

CRESCER BRASIL II

Reunindo cerca de 800 participantes, entre profissionais, estudantes e autoridades, o Senge Piauí realizou, em parceria com a FNE, em 1º de junho, em Teresina, o seminário “A engenharia e a cidade – saneamento e mobilidade urbana”. Segundo o presidente do sindicato, Antonio Florentino de Souza Filho, o objetivo do evento foi fazer um diagnóstico nos dois setores, considerados gargalos na capital piauiense, e propor soluções aos legisladores e gestores da cidade. Presente à sessão de abertura do seminário, o prefeito Elmano Ferrer corroborou a importância dos temas escolhidos. “De cada 100 domicílios, apenas 17 são ligados à rede de esgoto”, informou.

O quadro, alarmante para a saúde pública, foi o primeiro tema a ser tratado. O então secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, substituído em 15 de junho por Osvaldo Garcia, falou sobre os avanços institucionais, como a Lei 11.445/2007, que estabelece o marco regulatório para o setor. Nesse âmbito, informou, está em fase final de elaboração o Plano Nacional de Saneamento Ambiental. Ainda de acordo com as novas regras, lembrou ele, devem ser instituídos planos regionais e municipais. Para isso, as localidades têm prazo até dezembro de 2013, após o que deixarão de ter acesso a financiamento para projetos e obras.

O grande desafio, no entanto, para resolver a situação, não só em Teresina, mas em todo o Brasil é a disponibilidade de recursos. Para chegar a 2030 com 90% da população tendo acesso a água e esgoto tratados, serão necessários R\$ 420 bilhões. “O governo já equacionou R\$ 85 bilhões”, afirmou Tiscoski. No Piauí, entre as operações já contratadas e as selecionadas incluídas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), estão disponíveis R\$ 469 milhões, dos quais R\$ 217 milhões para a Capital. Com esse montante, mais da metade da população será atendida pelos serviços.

Raimundo Nogueira Neto, presidente da Agespisa (Águas e Esgoto do Piauí S.A.), ressaltou como dificuldade adicional as “muitas interferências encontradas” pelos trabalhos de expansão da rede de saneamento no Estado. “Mas a grande obra já foi iniciada para chegar a 55% de esgoto tratado”, afirmou.

Roberto Amorim Rufino Fernandes, da Secretaria Municipal de Planejamento, abordou outro tema preocupante em Teresina, a drenagem urbana, cujo plano visa a atenuação de riscos e prejuízos decorrentes de inundações. Segundo ele, para enfrentar o problema é preciso unir as medidas estruturais, que incluem obras hidráulicas a outras que dizem respeito à organização e controle da urbanização, além de educação ambiental.

“A urbanização em Teresina não levou em conta os cursos d’água, que hoje se impõem nas vias quando chove. Para absorver o problema, serão necessários R\$ 35 milhões apenas para construir a rede de drenagem, um sistema caro que funciona de forma intermitente”, lamentou Fernandes.

Completando o debate, o engenheiro José Luz Lins, presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências Reguladoras) e diretor da FNE, falou sobre a importância dessas instituições para garantir a qualidade na prestação do serviço público. Segundo ele, há 48 entidades no Brasil com a função de regular as atividades de saneamento. São 25 estaduais, 20 municipais e três consorciadas.

O penoso ir e vir

Na segunda etapa do seminário, entrou em pauta a questão da mobilidade. O engenheiro Emiliano Stanislau Affonso, da Companhia do Metropolitano de São Paulo, falou sobre o transporte como indutor do desenvolvimento. “O metrô, que pode ser considerado um investimento caro, traz inúmeros benefícios”, afirmou. Esses, que incluem desde redução de emissão de poluentes à economia com manutenção das vias, devem somar em 2015 cerca de R\$ 13 bilhões em economia para São Paulo, exemplificou.

Outro ponto fundamental na gestão do setor, destacou Affonso, é a escolha correta entre os diversos modos de transportes, o que envolve critérios técnicos, econômicos, ambientais, urbanísticos e também políticos. Depende do acerto nessa opção a garantia de otimização dos custos, qualidade do serviço e segurança operacional e dos usuários.

Por fim, o engenheiro do metrô paulista lembrou a necessidade de dar prioridade ao transporte público sobre o automóvel, grande vilão dos engarrafamentos e fonte de poluição nas cidades. O excesso de carros e a crise de mobilidade já são um problema em Teresina, com uma população de 800 mil pessoas, cerca de 300 mil veículos automotores e um sistema de transporte ainda deficitário. Admitiu o problema o secretário Municipal de Planejamento, João Alberto Monteiro, segundo o qual para se contrapor ao objeto de desejo que o automóvel representa é necessário um sistema eficiente. “A proposta é fazer com que os polos de atração da cidade sejam integrados pelo sistema viário e de transportes”, afirmou.

Ainda na programação, o engenheiro civil Cid de Castro Dias, autor de vários livros sobre o Piauí, fez uma palestra sobre a história de Teresina, a mais nova capital brasileira, com 160 anos de vida.

O evento teve o apoio do Governo do Estado e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados).

Homenagem

Durante o seminário “A engenharia e a cidade”, o presidente do Senge Piauí, Antonio Florentino de Souza Filho, recebeu uma homenagem do presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. “É uma honra tê-lo como companheiro na FNE. Florentino é um homem que se coloca à frente de um sindicato, com a luta a favor da tecnologia, do engenheiro, do cidadão. Florentino representa a modernidade, a luta, o trabalho”, concluiu. (Rita Casaro)

SINDICAL I

Os cerca de 600 profissionais da área que trabalham para a empresa no País, de um total de 113 mil funcionários, agora poderão ver suas demandas específicas atendidas. Isso porque passarão a ser representados nacionalmente pela FNE, enquanto trabalhadores de categoria diferenciada. Em assembleias gerais extraordinárias realizadas no dia 28 de junho, em nove estados brasileiros em que a federação conta com sindicatos filiados, os engenheiros avalizaram a decisão. Aprovaram, assim, a pauta de reivindicações que seria enviada na sequência aos Correios visando o início das negociações ainda no mês de julho – a data-base é 1º de agosto. Vice-presidente do Senge-DF, Mário César Faustino Honório, destaca a enorme expectativa com a primeira campanha salarial tendo à mesa a FNE. “Foi uma luta de três anos buscando essa representatividade. Agora, vamos trabalhar item por item da pauta de reivindicações.”

Membro da Comissão de Negociação dos Engenheiros, Marcos Antônio Alves da Silva reitera a importância de se firmar um acordo coletivo de trabalho com cláusulas pertinentes à área de engenharia. Na pauta, conforme ele, entre os destaques, a luta pelo enquadramento salarial, com melhoria nos valores pagos. E ainda, pela progressão profissional, “que hoje não está bem estabelecida. O engenheiro entra como júnior e às vezes passa 15, 19 anos assim”. O reenquadramento na carreira é ponto de pauta, assim como a inclusão de gratificação por titulação, como enumera Silva. Atualmente, não há mudanças nos vencimentos se o profissional tiver mestrado, doutorado, especialização. Engenheiro eletricitista dos Correios em Brasília, na sua opinião, rever isso é importante como estímulo à educação continuada, que beneficiará também a companhia, já que terá trabalhadores mais capacitados. Os itens específicos abrangem ainda a obrigatoriedade de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pela empresa e o pagamento do piso conforme a Lei 4.950-A/66 (correspondente a nove salários mínimos vigentes no País por jornada diária de oito horas).

Otimismo

Presente à assembleia realizada na Capital paulista, o engenheiro civil Ronaldo Pereira salientou que até então a categoria não se sentia representada pela federação dos trabalhadores dos Correios. “Um dos problemas é quanto à PLR (participação nos lucros e resultados). O engenheiro ganha o mesmo que um carteiro.” A reivindicação é pela distribuição proporcional, o que já ocorre em outras empresas em que sindicatos dos engenheiros representam esses profissionais. Ele destacou ainda a perspectiva de que agora seja revisto e atualizado o PCCS (plano de carreira, cargos e salários). Como o engenheiro normalmente entra com salário mais alto do que outros trabalhadores e o plano não o diferencia, este acaba por ficar defasado ao longo dos anos. “Hoje, o salário do júnior é igual ao do pleno”, conta Pereira. O que muda são complementações, não incorporadas ao vencimento. Os profissionais também destacam a importância de que seja definida no acordo cláusula relativa à reciclagem tecnológica, já conquistada pelos sindicatos da categoria em outras companhias.

Na assembleia, o clima era de otimismo. Um dos presentes informou que a maioria se envolveu no processo, com 80% dos trabalhadores da categoria em todo o País tendo se manifestado favoráveis à representação pela FNE. “O principal ganho é que vamos poder reivindicar direitos específicos”, afirma outro engenheiro dos Correios.

Algumas reivindicações dos engenheiros

- 8% de reajuste linear a partir da data-base;
- vale-refeição ou vale-alimentação no valor de R\$ 29,00 por dia;
- vale-cesta de R\$ 162,00;
- reenquadramento na carreira;
- progressão funcional automática para a faixa de classificação seguinte (de júnior para pleno, de pleno para sênior e de sênior para master), após cinco anos de exercício profissional em cada uma. A partir da assinatura do acordo, um engenheiro júnior que tenha 11 anos de empresa passará a sênior automaticamente, por exemplo;
- pelo menos dois cursos por semestre para treinamento/reciclagem profissional;
- gratificação por titulação não cumulativa e limitada a uma por título, de acordo com a seguinte regra: de 8% para especialização (carga horária mínima de 360h); 10% para mestrado; e 12% para doutorado;
- negociação quanto à distribuição da PLR. (Soraya Misleh)

SINDICAL II

MA

Diretoria toma posse e apresenta plano de ação

Ocorreu no dia 4 de junho último a posse da direção do Senge-MA, no Brisamar Hotel, num clima de união e de boas expectativas à gestão 2012/2015. A iniciativa foi prestigiada por autoridades como o secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Pedro Fernandes Ribeiro, o deputado estadual José Carlos Nunes (PT) e o vereador José Joaquim Guimarães Ramos (PSDB). Compareceram ainda associados, profissionais da engenharia e representantes de diversas entidades. As propostas de campanha foram apresentadas como plano de ação da nova administração. Segundo o presidente da entidade, Berilo Macedo, destaca-se nesse programa a conquista do salário mínimo profissional; expansão do Senge no Maranhão, com a criação de delegacias regionais nas principais cidades; ampliação do número de associados; e fortalecimento das relações com as instituições de ensino. Durante a solenidade, mereceu elogios o bom trabalho realizado pela gestão encerrada este ano, que teve à frente a engenheira Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro. Essa, por sua vez, enfatizou a importância do apoio recebido da FNE durante o seu mandato. O presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, renovou o compromisso de parceria com o Senge. “Com seu equilíbrio e conduta, vai trazer para nós a sua qualidade. Pode contar com a federação”. Ele também sublinhou a importância do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”: “Serve para apresentar propostas factíveis aos governos, discutindo as questões da sociedade. Temos a responsabilidade de formar mais profissionais, mas outra maior com a sociedade, discutir infraestrutura e desenvolvimento do Brasil.”

PA

Eleita nova diretoria da entidade

No dia 5 de junho último, foi eleita a diretoria do Senge-PA para o triênio 2012/2015, que estará sob o comando da presidente Eugênia Maria von Paumgartten. Integram a nova diretoria Manuel José Menezes Vieira e Nilson Barbosa de Sousa (1º e 2º vice-presidentes), Ricardo José Lopes Batista e Wilson Carvalho Silva (1º e 2º secretários), Geraldo Alonso Ferreira Rocha e Armando de Nazaré Dias Machado (1º e 2º tesoureiros) e os suplentes Francisco Sebastião Calado Fadul, Beatriz Ivone Costa Vasconcelos, Gilberto Oliveira von Grap de Souza, Ruth Helena Barbosa Trindade, Paulo Anderson Baima Amora, Gilson Afonso de Medeiros Lima e George Wilson Luceno Carvalho. No Conselho Fiscal estão Miguel Elias de Souza Neto, Celso da Penha Gibson e Edmilson Rayol Barros, como titulares, e Adalziro Antônio de Souza Duarte, Oberlander Barbosa Castro e Elias José Tuma Filho, como suplentes. São delegados representantes do sindicato na FNE Eugênia Paumgartten e Benedito Elias de Souza Filho e os suplentes Ipojucan Lopes Carvalho e Inês Maria Miranda Lobato Teixeira.

CE

Mobilização em defesa dos engenheiros da Cagece

Foi realizada no dia 18 de junho último manifestação em frente à Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) em defesa dos engenheiros terceirizados da empresa. Na ocasião, os diretores do Senge Ceará distribuíram camisetas e informativos do sindicato e do Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará), além de agendas com o Manual do Profissional e o jornal Engenheiro, publicado pela FNE. De acordo com a presidente do sindicato, Thereza Neumann Santos de Freitas, o objetivo foi fortalecer a luta desses profissionais por melhorias salariais. Segundo ela, além de descumprirem o piso, as firmas responsáveis pela contratação terceirizada pagam remunerações diversas a empregados com as mesmas funções. Na data, essas reivindicações foram levadas pelo Senge à Cagece em reunião com representantes da companhia.

SC

Lançada campanha pela valorização profissional

Em carta enviada às entidades profissionais e a seus filiados, o Senge-SC comunicou o lançamento no final do mês de maio da Campanha Aberta pela Valorização Profissional, com petição pública na internet. Segundo o secretário de Comunicação da entidade, Carlos Bastos Abraham, essa é a primeira ação no sentido de abrir vias de conversação com o setor público, marcadamente as prefeituras. “Com a colaboração de outras categorias, o passo seguinte será a divulgação do documento com as assinaturas em todo o País e, a partir disso, marcar audiências com as prefeituras, principalmente, para abrir caminho a políticas de valorização do engenheiro”, explica Abraham. Para ler e assinar a petição, acesse www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N8832.

AL

Governador não cumpre promessa

O compromisso assumido pelo governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, de tomar as devidas providências para a implantação do realinhamento dos salários dos servidores estaduais de engenharia, arquitetura e agronomia não foi cumprido. A promessa ocorreu durante reunião no Palácio República dos Palmares com a diretoria do Senge-AL, no dia 4 de novembro último, que contou com a presença do vice-governador José Thomaz Nonô. “A entidade continua na luta e tem solicitado continuamente que seja agendada reunião com o Governo do Estado em busca do cumprimento do então acordado e prometido para o reconhecimento e a valorização desses profissionais”, enfatizou o presidente do sindicato, Disneys Pinto da Silva.

ENTREVISTA

Realizada entre 13 e 22 de junho no Riocentro, na capital fluminense, a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, culminou no documento final intitulado “O futuro que queremos” (veja em <http://www.uncsd2012.org/rio20/thefuturewewant.html>). Tendo ocorrido paralelamente à Cúpula dos Povos, de 15 e 22 do mesmo mês, recebeu críticas dos seus participantes, inclusive quanto ao conteúdo e definições. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho considera que trata-se de pontos de vista distintos, o que requer diálogo. Nesta entrevista ao Engenheiro, ele destaca a importância da Rio+20 e o papel dos setores organizados para que haja avanços.

Qual a sua avaliação sobre a Rio+20?

O encontro oficial recebeu mais de 100 chefes de Estado e de governo e delegações de 191 países, com mais de 45 mil participantes. Só no Riocentro foram realizados mais de 500 encontros. No Aterro do Flamengo registrou-se a presença de mais de 30 mil participantes por dia, entre a Cúpula dos Povos e a Arena Socioambiental. Também tivemos reuniões de empresários, de cientistas e de prefeituras. Estima-se que, no total, mais de 3 mil eventos foram realizados. Penso que a Rio+20 deve ser avaliada por esse conjunto que ela proporcionou. Ter um documento conjunto foi uma conquista importante. Mas não se deve reduzir a Rio+20 apenas a ele. O número de debates, manifestações, propostas, acordos, inclusive contratos econômicos, é para o Brasil, sem dúvida, uma enorme vitória. É importante lembrar que a Rio+20 foi considerada pela própria ONU o maior evento realizado, até hoje, em termos de grandes encontros, e o maior com participação da sociedade civil. Por tudo isso, considero o resultado muito positivo. Lembro que na época da Rio 92, aquela conferência foi classificada por parte da imprensa como um fracasso. Hoje, a Rio 92 é considerada um marco.

Quais os resultados da conferência, principais resoluções e a importância para o Brasil?

Primeiro, foi muito importante ter um documento conjunto. Um documento com a chancela da ONU é de costura muito difícil, tendo em vista o número de atores e temas envolvidos. O documento é resultado do consenso possível entre as nações e tem que ser visto como um piso, não como um teto. Nós o consideramos um passo relevante rumo à sustentabilidade. Destaco a importância da incorporação da questão social como um tópico central do documento final. O objetivo de erradicação da pobreza foi introduzido como o maior desafio global que o mundo enfrenta. Além disso, adotamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fortalecemos o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e ampliamos a participação da sociedade civil nos processos decisórios. O evento foi importante, também, para o estabelecimento de compromissos voluntários em torno do desenvolvimento sustentável. No total, foram contabilizados 705. Somente nos 13 maiores compromissos, serão investidos US\$ 513 bilhões, para os próximos dez ou 15 anos, em ações principalmente nas

áreas de energia, transportes, economia verde, redução de desastres, desertificação, água, florestas e agricultura. No encontro das prefeituras, elas estipularam metas voluntárias para evitar a emissão de um bilhão de toneladas de gases-estufa até 2030. É importante destacar ainda, entre os legados, a criação do Centro Rio+ (Centro Mundial de Desenvolvimento Sustentável), com sede no Rio, que servirá para reunir órgãos nacionais e internacionais na discussão sobre o meio ambiente.

Antes da Rio+20, muitos especialistas afirmavam a dificuldade de implementação de medidas, a exemplo do que ocorreu em iniciativas anteriores. Devemos ter agora a implementação de fato das resoluções?

A implementação envolve um grande número de países, cada um com as suas especificidades e interesses econômicos. O que deve haver é uma dimensão de entendimento que há uma decisão global e outra que diz respeito a como cada país vai fazer individualmente. Considero que com a mobilização da sociedade civil, de empresários e de governos será possível avançar.

Os movimentos sociais realizaram paralelamente a Cúpula dos Povos, que criticava algumas das propostas que permearam as atividades da Rio+20. Qual a sua visão sobre isso?

Considero que o diálogo com a sociedade civil é naturalmente tenso e que, além disso, é preciso ter os pés no chão, porque os governos têm limitações institucionais e de relações de poder, há limite para mudanças. No meu ponto de vista, não existe uma dissociação entre sociedade civil e governos, apenas pontos de vista que podem ser diferentes, mas que devem ser resolvidos por meio do diálogo e da negociação.

O que podemos esperar para os próximos anos em relação a desenvolvimento sustentável?

Como destacou a presidenta Dilma durante o evento, as políticas de desenvolvimento sustentável do Brasil estão mais avançadas do que as propostas no documento. No Brasil, a matriz energética é 45% renovável, enquanto em outras nações é de apenas 7%. E nosso compromisso é avançar cada vez mais com medidas que contribuam para aperfeiçoar essa condição. Também considero importante registrar a atuação dos países em desenvolvimento na conferência, que assumiram compromissos concretos com o desenvolvimento sustentável, mesmo com a ausência do financiamento prometido pelos países desenvolvidos. No mais, desejo que não só o Brasil avance, mas todas as nações, se possível indo além das resoluções acordadas. (Soraya Misleh)

C&T

Um conceito inovador de projetar e construir residências com foco na sustentabilidade e na eficiência energética é a principal proposta do protótipo de uma casa do futuro que une a tradição indígena brasileira com as tecnologias mais avançadas. Inspirada na cultura tupi-guarani, foi batizada de Ekó, que significa “viver” ou “maneira de viver”.

Desenvolvido por uma equipe transdisciplinar formada por docentes e estudantes de diversas universidades brasileiras, o projeto é coordenado pela USP (Universidade de São Paulo) e pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). “A meta é que os alunos participem de todo o processo, desde o desenho até a construção. Num futuro próximo, vamos ter que mudar a nossa forma de projetar e construir e quem fará isso serão esses jovens”, explica José Ripper Kós, professor da UFSC e coordenador de Arquitetura e Projetos da Ekó House.

Na visão do pesquisador, um dos diferenciais do trabalho é a integração entre diferentes áreas, aspecto fundamental para a construção de uma sociedade mais sustentável. “A maior parte dos estudantes envolvidos são de arquitetura e engenharia, mas temos também alunos de design, marketing e jornalismo. Essa perspectiva de integração terá que acontecer cada vez mais no mercado de trabalho, portanto, a Ekó House é uma das iniciativas que apontam para esse caminho”, salienta.

O desenvolvimento do protótipo fundamenta uma série de pesquisas, que além de dar amparo aos projetos da casa sustentável, embasa uma dezena de trabalhos acadêmicos que incluem iniciação científica, mestrados e doutorados. “Outra meta é formar recursos humanos para que esse conhecimento seja difundido em prol da sociedade. E o principal canal é demonstrar a viabilidade da montagem dessa casa”, enfatiza a engenheira Claudia de Andrade Oliveira, professora da FAU/USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e coordenadora da montagem da Ekó House.

O projeto também foi idealizado para concorrer ao Solar Decathlon Europe 2012, uma competição internacional que acontece em setembro próximo, em Madri, na Espanha. “Durante a competição, serão dez provas que avaliarão quesitos como inovação, desempenho energético, conforto térmico, viabilidade de mercado, como a proposta é apresentada ao público, entre outros, daí a importância do trabalho ser pensado de maneira global”, enfatiza Kós.

Estrutura

A residência possui 47 metros quadrados de área interna, divididos em banheiro, cozinha, quarto, salas de estar e jantar. Com foco na flexibilidade, a estrutura foi projetada com base na modularidade para que se adapte às necessidades de diferentes famílias e haja facilidade na montagem e no transporte.

Para dar conta de tal tarefa, a equipe optou pelo sistema de construção industrializada em painéis de madeira com isolamento térmico embutido. Os módulos são constituídos de estrutura de vigas e pilares de madeira e painéis de OSB (oriented strand board). Como revestimento, foram usadas placas cimentícias e vidro nas partes laváveis, como no banheiro e na cozinha. As instalações hidráulicas e elétricas foram posicionadas entre os painéis de madeira e os revestimentos para facilitar a manutenção.

As varandas da casa também são tecnologicamente dinâmicas. Foram instalados painéis e persianas automatizados que se adaptam às condições ideais de iluminação natural, controlam as trocas de calor e garantem privacidade. “Por meio desse sistema de automação, o morador consegue definir como ele quer que a casa funcione. É possível programar não só a movimentação das persianas, como controlar e registrar o quanto de eletricidade é gasto na residência, entre outros. Essa é uma nova forma de os usuários se relacionarem e se interagirem com o meio ambiente de uma forma consciente”, explica Oliveira.

Eficiência energética

A casa sustentável utiliza painéis fotovoltaicos e coletores que transformam a radiação solar em energia elétrica e térmica. “Durante o dia a produção atinge o pico, mas o consumo normalmente é menor. E como a casa não possui acumuladores, a eletricidade sobressalente vai para a rede de distribuição gerando créditos que podem ser usados durante a noite. Apesar de não ser muito utilizada no Brasil, existem protocolos que permitem que cada residência seja uma miniusina geradora de eletricidade”, detalha Oliveira.

A pesquisadora acrescenta que o desenvolvimento do protótipo está inserido em um convênio entre a USP e a Eletrobras que visa lançar as bases de uma indústria nacional de residências energia zero – alimentadas apenas por energia solar. “Além do financiamento da Eletrobras, o projeto conta com uma série de parceiros da iniciativa privada que doam materiais e mão de obra técnica.”

Sustentabilidade

A Ekó House possui ainda sistemas de gerenciamento de resíduos. No banheiro foi colocado um vaso sanitário seco, importado da Suécia, que dispensa o uso de água potável e faz a compostagem de forma eficiente, gerando adubo para ser utilizado no jardim.

Os efluentes do chuveiro, lavatório e máquina de lavar roupas também serão tratados por um sistema natural híbrido de filtros e tanques de plantas que purificam a água que pode ser reutilizada para regar jardins ou lavar pisos, além de fazer parte da composição estética no ambiente externo da residência.

Conforme Oliveira, a casa se adaptaria a qualquer região do País. “Futuramente, a equipe pretende produzir protótipos em vários locais para avaliar a adequação dos sistemas e a

questão da manutenção – quais as possibilidades que o usuário terá para manter sozinho todos esses sistemas funcionando bem”, conclui. (Lucélia Barbosa)